

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÕES  
PREVENTIVAS E CORRETIVAS DOS EQUIPAMENTOS  
LABORATORIAIS PARA ATENDER HOSPITAL MUNICIPAL DR.  
JOAQUIM BROCHADO (LABORATÓRIO MUNICIPAL)**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

O objeto da presente licitação é a Contratação de Empresa Especializada em Manutenções Preventivas e Corretivas dos Equipamentos Laboratoriais do Hospital Municipal de Unai (Laboratório Municipal) pelo período de 10 (dez) meses a contar da data de assinatura do contrato.

Como o objetivo do Hospital Municipal é prestar serviços de atenção integral à saúde, atendendo a população de forma equânime e em todos os níveis, cabe à unidade de saúde hospitalar a se equipar de recursos humanos, financeiros, equipamentos e materiais para atender as necessidades do setor de saúde tornando-a instituição completa. De acordo com a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990):

"§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (Art. 2º, "Inciso I)."

São cediços que todos têm direitos a receber do município os essenciais serviços de saúde pública, em nosso país pode se afirmar que a saúde é um direito constitucionalmente assegurado a todos, inerente à vida, bem maior do ser humano e, portanto, o Poder Público tem o dever/poder de prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício deste direito.

Aquisição do objeto, visa, garantir a contínua realização do serviço de exames laboratoriais.

Os exames laboratoriais estão entre os principais e mais utilizados recursos no apoio diagnóstico e acompanhamento de pacientes na prática clínica e são relevantes no cuidado continuado do paciente.

Os exames são utilizados para identificar desordens endócrinas primárias ou como consequência de outras patologias, como o diabetes, que cursa como complicação em diversas doenças. Os exames permitem a dosagem de diversas substâncias no sangue, na urina, fezes e outros líquidos corpóreos, que permitem identificar patologias que cursam, ou apresentam, alterações de dosagens como na insuficiência renal, entre outras.

Assim, as Manutenções Preventivas e Corretivas nos Equipamentos Laboratoriais representam aqueles minimamente necessários à assistência.

Diante do exposto, a presente solicitação expressa a relevância das Manutenções Preventivas e Corretivas dos Equipamentos para a realização dos exames laboratoriais solicitados.

- 1.1. Aquisição de Empresa Especializada em Manutenções Preventivas e Corretivas dos Equipamentos Laboratoriais para o Laboratório do Hospital Municipal de Unai nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.



EQUIPAMENTO	MARCA	MODELO	PATRIMÔNIO	SÉRIE
AGIRADOR	STANDARD	EVELAB	NI	759
AGLUTINOSCÓPIO	BENFER	BAG100	NI	NI
ANALISADOR BIOQUÍMICO	BIOPLUS	BIO200	27226	NI
ANALISADOR BIOQUÍMICO	BIOPLUS	BIO2000	63850	NI
ANALISADOR BIOQUÍMICO	MIDRAY	BS200	WN43105172	56764
ANALISADOR HEMATOLÓGICO	EBRAM	EB7600	NI	11051844006
BANHO MARIA	DELTE	105DC	43602	NI
BANHO MARIA	HEMOQUÍMICA	HM1003	29060	NI
BANHO MARIA	HEMOQUÍMICA	HM1003	29061	NI
CENTRÍFUGA	HOFFMAN LAB	HCL4	75143	NI
CENTRÍFUGA	HOFFMAN LAB	HCL4	85781	181974
CENTRÍFUGA	HOFFMAN LAB	HCL4	79018	982136/34
CENTRÍFUGA	HOFFMAN LAB	HCL4	85782	181977
COAGULÔMETRO	MAX COAG 1 CANAL		64063	NI
COAGULÔMETRO	MAX COAG 1 CANAL		64064	NI
CONTADOR DE CÉLULAS	HEMOQUÍMICA	CD1	16785	NI
CONTADOR DE CÉLULAS	LEUCOTRON	TP	11115	1562
ELETRODO SELETIVO	EASYLYTE	REF2124	NI	58908
ELETRODO SELETIVO	EASYLYTE	REF2124	NI	58406
ESTUFA MICROBIOLOGIA	NI	NI	43601	NI
FREEZER	FANEM	SENSOR3	44107	FAH84970
GELADEIRA	BIOTECNO	LINHA BT-1100	60618	20160163
LAVADOURA	BIOTEC	EL50	NI	NI
HOMOGENEIZADOR DE SANGUE	PHOENIX	AP22	NI	NI
LEITORA	BIOTEC	EL800	NI	NI
MICROSCÓPIO	NIKON ECLIPSE	E200	36996	NI

MICROSCÓPIO	OLYMPUS	CX41	NI	NI
OSMOSE REVERSA	QUIMIS	NI	NI	15060086
VORTEX	MIXER	KMC1300V	NI	NI

Valor médio mensal: R\$16.416,66 (dezesseis mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos)

- 1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) meses contados da assinatura do Contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
3. A contratação se justifica devido à necessidade, pois, equipamentos laboratoriais são equipamentos importantes para a manutenção da qualidade dos exames ofertados pelo laboratório.
4. 2.4. Para garantir o adequado funcionamento dos equipamentos é necessário realizar as manutenções preventivas segundo a orientação da RDC 786/2023, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde, conforme o Art. nº 23, o serviço de saúde deve manter disponível, segundo o seu tipo de atividade, documentação e registro referente à "IX - manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos e instrumentos" e também os critérios estabelecidos no manual do fabricante, onde consta a periodicidade de efetuar as devidas manutenções. No caso em questão, deve realizar as manutenções preventivas e corretivas, conforme exige a RDC 786/2023 e manual do fabricante.

## 5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. Para a prestação do serviço solicitado, a interessada deverá comprovadamente pessoa jurídica atuante no ramo das atividades que sejam objeto desta licitação, bem como apresentação dos documentos previstos no art. 62, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.2. A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes de boa e perfeita execução do objeto.
- 6.3. A equipe deve possuir conhecimento científico comprovado por certificado de treinamento;
- 6.4. A Contratada deve comprovar no momento da entrega da documentação de habilitação, que possui em seu quadro de funcionários, assessores habilitados a prestar treinamento e assessoria científica no equipamento. A comprovação poderá ser feita mediante ao envio de cópia autêntica da CTPS, contrato de prestação de serviços, ou sendo o assessor sócio, cópia autêntica do contrato social;
- 6.5. A Contratada arcará integralmente com todos os custos necessários à consecução dos serviços objeto da licitação;
- 6.6. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.7. Tais requisitos não serão arrolados no presente Estudo, pois podem variar conforme decisão do Setor de Licitações e da Administração, entre o tempo de confecção deste e a publicação do Edital.
- 6.8 A natureza dos serviços é a Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva dos equipamentos Laboratoriais do Laboratório Municipal de Unai/MG. Sendo realizada a manutenção preventiva mensalmente e a manutenção corretiva sempre que se fizer necessário.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. As Manutenções dos Equipamentos laboratoriais, objeto desta licitação, deverá ser realizada nas dependências do Laboratório Municipal (sem ônus), de acordo com as solicitações do Hospital Municipal.
- 7.2. As **manutenções preventivas** consistem em: verificação eletrônica, mecânica, limpeza, lubrificação, ajustes e calibração na própria manutenção preventiva com analisadores específicos para cada equipamento com a emissão do relatório técnico para cada equipamento. Os serviços serão executados dentro das instalações da **CONTRATANTE** com o acompanhamento ou supervisionamento do responsável pelo setor ou pessoa designada. Qualquer não conformidade observada deverá ser reportada por escrito para o responsável do setor ou pessoa designada da **CONTRATANTE**.
- 7.3. Os serviços de **manutenção corretiva** constituirão em: conserto dos equipamentos, substituição de peças danificadas (as peças deverão ser **ORIGINAIS** dos equipamentos), (sem ônus para a **CONTRATANTE**) quando necessário

(previamente aprovado pelo cliente), ajustes e calibração em conformidade com cada equipamento. Os serviços de manutenções corretivas deverão ser realizados nas instalações da **CONTRATANTE**.

- 7.4. **O contrato deverá contemplar peças e/ou componentes/ KITS de Prevenção ORIGINAL.** As peças e/ou componentes devem ser **ORIGINAIS** deverão ser adquiridos pela **CONTRATADA (sem custo para a CONTRATANTE)**.
- 7.5. **O atendimento consistirá em uma manutenção preventiva mensal** para isso será disponibilizado um técnico em horário administrativo de segunda a sexta feira, incluso peças e componentes como indicado no item acima, desde que feito em horário comercial. Fica a cargo de a **CONTRATANTE** indicar pessoa responsável para solicitar, acompanhar e fiscalizar os serviços da **CONTRATADA**, nas datas pré-estabelecidas entre as partes.
- 7.6. **Deverá ser realizado quantas manutenções corretivas que for necessária** ao bom funcionamento dos equipamentos. O serviço deverá ser executado dentro das dependências do Laboratório Municipal de Unai/MG.
- 7.7. O contato com a **CONTRATADA** poderá ser via WhatsApp, ligação telefônica ou via e-mail, e esta terá um prazo de 24 horas para iniciar a solução da queixa.
- 7.8. O objeto desta contratação deverá observar a necessidades dos serviços do Laboratório do Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado.
- 7.9. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.10. As prestações do serviço, da Contratação de Empresa Especializada em Manutenções Preventiva/Corretiva terão vigência de 10 (dez) meses.
- 7.11. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, após o relatório técnico e a liberação para execução do serviço, 48 horas para liberação do equipamento. O prazo que pode ser alterado de acordo com a complexibilidade do equipamento ou ocorrências durante a manutenção.
- 7.12. Os serviços serão prestados por equipe especializada da **CONTRATADA**, atendendo as solicitações do Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado (**Laboratório Municipal**), situado na rua Virgílio Justiniano Ribeiro, nº 1585 no bairro Barroca em Unai/MG.
- 7.13. A empresa contratada se compromete a executar os serviços com observância o código de defesa do Consumidor e as boas práticas de conduta técnico-profissional.
- 7.14. Durante a prestação de seus serviços a empresa contratada deverá executar as atividades relacionadas as linhas de serviços apresentadas neste **Termo de Referência**.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

- 8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada pela gestora a senhora Eliane Pereira baia Marques matricula nº 100122 e fiscalizada pela fiscal técnica do contrato a senhora Delma Pereira dos santos matricula 143105.
- 8.4. As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.5. O Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico do contrato.
- 8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhara a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração.
- 8.8. O fiscal técnico do contrato anotara no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados.
- 8.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitira notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.10. O fiscal técnico do contrato informara ao gestor do contrato, em tempo hábil a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicara o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 8.12. O fiscal técnico do contrato comunicara ao gestor do contrato, em tempo hábil, o termino do contrato sob sua responsabilidade, com vistas a tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 8.13. O gestor do contrato acompanhara os registros realizados pelo fiscal técnico do contrato, de todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato e as medidas adotadas, informando se for o caso a autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 8.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 8.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os

problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais

- 8.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 8.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 8.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 8.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 8.20. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **9. Das obrigações da Contratada**

- 9.1. **Executar** os serviços em conformidade com o contrato resultante deste Termo de Referência, obedecendo rigorosamente o disposto no respectivo edital e seus Anexos, independentemente de transcrição ou anexação.
- 9.2. A CONTRATADA devesse possuir comprovação de experiência no mínimo 06 (seis) meses em prestação de serviços, conforme o objeto deste termo de referência.
- 9.3. Notificar a CONTRATANTE, por escrito, qualquer alteração na sua razão social ou de seu contrato acionário e de mudança em sua Diretoria, contrato ou estatuto, apresentando no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e/ou do Cartório do registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- 9.4. Responsabilizar-se integralmente pelos seus profissionais, primando pela qualidade, desempenho, eficiência e produtividade, visando a execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato, dentro dos prazos e condições estipulados.
- 9.5. Providenciar a correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto a execução dos serviços de modo a evitar qualquer prejuízo a execução do objeto deste termo, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

9.6. Assumir quaisquer danos causados diretamente a CONTRATANTE, ou a terceiros, quando estes tenham sido ocasionados em decorrência da execução dos serviços, ou causados por seus representantes ou prepostos.

9.7. Responsabilizar-se pelos impostos incidentes sobre o objeto do contrato.

## **10. Das obrigações da Contratante**

10.1. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas na prestação de serviços, supervisionando, monitorando e fiscalizando o cumprimento das obrigações fixadas para a CONTRATADA, e para os seus profissionais, registrando as ocorrências e eventuais deficiências relacionadas com a execução, comunicando, FORMALMENTE, a CONTRATADA quaisquer fatos que exijam medidas corretivas.

10.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo preposto da CONTRATADA;

10.3. Designar servidor para acompanhamento e fiscalização do contrato. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

10.4. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.

10.5. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço, advertindo-a por escrito em caso de descumprimento de alguma norma deste contrato.

### **Forma de pagamento**

10.6. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



### Liquidação

10.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação.

10.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à

existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

- 10.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 10.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

- 10.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais e reagentes laboratoriais e recebimento da nota fiscal correspondente.
- 10.21. Na emissão da nota fiscal deverá ser informado o número do empenho correspondente.
- 10.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice cabível de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

- 10.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 10.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

11.2. Trata-se de prestação de manutenções preventiva/corretiva de equipamentos laboratoriais analíticos e semi-analíticos para realização de exames laboratoriais de emergência e de rotina, o que requer atendimento rápido, de alta qualificação e expertise. Sendo assim, foi realizado cotação com três empresas especializadas neste tipo de serviço. Além disso, as mesmas prestam serviços nesta região, o que viabiliza o atendimento, principalmente em situações de emergência, em que os serviços não podem ser interrompidos.

### 11.3. Justificativa de Aquisição por lote:

O julgamento da licitação deverá ser por lote único para melhor gestão dos contratos pois os serviços serão executados por uma única empresa e tendo em vista a complexidade de realizar a divisibilidade do objeto da licitação por tratar-se de prestação de serviços.

Da justificativa para a contratação em único lote 11.2 - O § 3º do art. 3º da IN nº 2/08 prevê excepcionalmente a possibilidade de a Administração instaurar licitação global, em que serviços distintos são agrupados em um único lote, desde que essa condição, de forma comprovada e justificada, decorra da necessidade de inter-relação entre os serviços contratados, do gerenciamento centralizado ou implique vantagem para a Administração.

A licitação para a contratação de que se trata o objeto deste termo de Referência e seus Anexos, em único lote justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar descontinuidade da padronização, bem assim em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem finalidade de formar um todo unitário. Somando a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços.

O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública.

O agrupamento dos itens faz-se necessário haja vista a economia de escala, a eficiência na fiscalização de um único contrato e os transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para a execução e supervisão do serviço à ser prestado. Assim, com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por lote.

### Exigências de habilitação

11.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

11.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à

verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

11.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

11.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

11.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 11.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da
- 11.14. Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 11.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 11.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 11.18. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 11.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 11.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

- 11.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

## 12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado médio mensal da contratação é **R\$16.416,66 (dezesesseis mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos)**

26  
K**Unai**

SAÚDE

PREFEITURA

**13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**


- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Unai/MG, dotação e fontes a serem especificadas na Lei Orçamentária Anual.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Unai, 14 de fevereiro 2025.

  
Eliane P. Baia Marques  
Diretora Administrativa/HMU  
MAT. 100122

**Eliane Pereira Baia Marques**  
Matrícula 100122  
Diretora do Hospital Municipal  
Secretaria Municipal de Saúde

  
Delma Pereira dos Santos  
Coordenação Laboratório Municipal  
MAT.: 143105 - CRF: 91094

**Delma Pereira dos Santos**  
Matrícula 143105  
Coordenadora do Laboratório Municipal  
Secretaria Municipal de Saúde